

ATA Nº 003/2013
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Aos 18 de abril de 2013 (dois mil e treze), às 14:00 horas, na sala do Setor de Fiscalização e Regularização Fundiária, subordinado à Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, da Prefeitura Municipal de Iúna-ES, deu-se início a reunião extraordinária da (CSPRF), estando presentes os membros Eder Cordeiro dos Santos, Elias Sebastião da Silveira e Flávio de Paulo Oliveira.

PROCESSO 3705/2012; REQUERENTE: ESPÓLIO DE JOSÉ DIAS NETO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Atendida as reivindicações conforme ATA 16/2012 os membros da comissão decidiram pela alienação do terreno em nome do Espólio de José Dias Neto.

PROCESSO 5558/2012; REQUERENTE: ESPÓLIO DE MARCIONÍLIO MACHADO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela existência da posse.

PROCESSO 6991/2012; REQUERENTE: MOISÉS SALOMÃO DE FARIA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Acompanhando a informação fiscal às fls. 08 do processo 6991/2012, foi solicitada a anexação de certidão atualizada do cartório de registros, o que foi promovido pelo interessado e que confirmou o registro da edificação em nome de Paulo Mariano. Este por sua vez entrou com o pedido de alienação conforme processo 8996/2012, sobre o qual já deliberaram os membros da comissão sindicante permanente para regularização fundiária.

PROCESSO 8996/2012; REQUERENTE: PAULO MARIANO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após analisarem o processo 8996/2012 bem como o processo 6991/2012 os membros da comissão resolveram pela alienação em nome de Paulo Mariano, considerando para tanto a escritura da edificação em nome do requerente às fls. 8 e 9 do processo 8996/2012, cujas informações são ratificadas pela certidão atualizada de ônus, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis às fls. 07 do processo 6991/2012.

PROCESSO 7264/2012; REQUERENTE: NALZINA ORNELA DE OLIVEIRA LOPES

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Acompanhando, unanimemente, a informação fiscal contida no processo às fls. 20, os membros da comissão decidiram pela alienação do terreno em nome da requerente. Entretanto solicitaram que seja apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais.

PROCESSO 8310/2012; REQUERENTE: SANDRO FLAIMAN BARBOSA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

ATA Nº 003/2013
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Decisão: Após análise do processo, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela existência da posse em nome de Sandro Flaiman Barbosa, considerando para tanto as informações averbadas pelo senhor fiscal de obras Danilo Soares de Miranda, às fls. 16 e 17. Entendem, porém, que o requerente deverá providenciar um muro de contenção alinhado com a lateral direita do lote, pois ausência deste elemento deixa a unidade instável. prova disso é que a fiscalização verificou "in loco" sapatas desaterradas, que da forma como estão, não poderão ser usadas em futuras edificações.

PROCESSO 9046/2012; REQUERENTE: FABIANO GOMES DE SOUZA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Atendida as reivindicações conforme ATA 21/2012 os membros da comissão decidiram pela alienação do terreno em nome do requerente.

PROCESSO 288/2013; REQUERENTE: OMAR JOSÉ QUARESMA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela existência da posse, no entanto foi solicitada a conferência do levantamento pelo agente público competente, bem como a apresentação de certidão negativa de débitos municipais.

PROCESSO 315/2013; REQUERENTE: ADRIANA APARECIDA NUNES BERNARDO E BRUNO NUNES BERNARDO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo verificou-se que os requerentes detêm a posse do imóvel, estando habilitado para a alienação do mesmo.

PROCESSO: 567/2012; REQUERENTE: VALDÉCIO CESAR DE ALMEIDA

Assunto: Os membros entenderem que o processo possui indicativos da posse pelo requerente através do cadastro imobiliário municipal e pela efetiva ocupação do lote dentro dos prazos impostos pela lei, entretanto em diligência verificou-se que o requerente avançou para além dos limites frontais do lote, o que não pode ser admitido. Fica indeferido até que o requerente se manifeste sobre as providências a serem tomadas.

PROCESSO 1108/2013; REQUERENTE: JOSÉ ELI BARGLINE

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela existência da posse.

PROCESSO 2077/1997 e anexo 1488/2013; REQUERENTE: LÚCIO ANTÔNIO DA SILVA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

ATA Nº 003/2013

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Decisão: Após análise do processo, os membros da comissão concordaram com análise (informação fiscal às fls. 20) se manifestaram de forma unânime pela existência da posse em nome de Elpídeo Teodoro de Lima e Espólio de Laurita Oliveira Lima, no entanto solicitaram a apresentação de levantamento topográfico com anuência dos confrontantes para o prosseguimento do processo.

PROCESSO 9514/2012; REQUERENTE: ALVIR SIMÕES DA ROCHA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, considerando a declaração de compra e venda anexada ao processo às fls. 09, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela retificação da decisão da comissão sindicante permanente para regularização fundiária, decidindo pela alienação em nome de Alvir Simões da Rocha.

PROCESSO 8857/2012; ALZERINA ALCÂNTARA TOLEDO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise prévia do processo o setor de Fiscalização e Regularização de Imóveis verificou que Alzerina Alcântara Toledo exerce a posse sobre o lote objeto do pleito em conjunto com Eliete Alcântara Toledo, e portanto, decidiu-se que ambas deveriam requerer a alienação.

PROCESSO 9068/2012; ALZERINA ALCÂNTARA TOLEDO e ELIETE ALCÂNTARA TOLEDO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo 9068/2012 e processo 8857/2012, identificou-se fortes indicativos da posse sobre o terreno. Portanto a comissão ratificou a necessidade de regularização do terreno em nome de Alzerina Alcântara Toledo e Eliete Alcântara Toledo. Porém solicitaram a produção de levantamento topográfico pelo agente público competente para que seja aferida a declividade.

PROCESSO: 2189/2013; REQUERENTE: JADIR BENTO LEITE

Analisando o referido processo, verificou-se que em nome de JADIR BENTO LEITE existem vários indicativos de posse, dentre eles, alvará de licença de 1988 em nome de Adelson Almeida Silva às fls. 04 e recibo da compra feita pelo requerente às fls. 05. A homologação da transação pela prefeitura está comprovada conforme BCI às fls. 07. Portanto, os membros entendem que o lote pode ser regularizado desde que seja sanada a pendência tributária.

PROCESSO 1034/2013; REQUERENTE: ESPÓLIO DE NATAL OGIONI

Assunto: Requerimento de alienação de um lote de terras municipais.

Decisão: Andamento: Após a análise do processo os membros entenderam que há no

ATA Nº 003/2013

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Decisão: Após análise do processo verificou-se que o requerente detém a posse do imóvel, estando habilitado para a alienação do mesmo.

PROCESSO 2030/2013 e 7159/2010 (apenso); REQUERENTE: MANOEL G. TOLEDO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, considerando a cópia da escritura apresentada as fls. 03, 04, 05, 06 e 07 do processo 7159/2010, bem como BCI (boletim de Cadastro Imobiliário) datado em 1998, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela alienação em nome do requerente, entretanto solicitaram que sejam retificadas as medidas do terreno apresentadas no projeto às fls. 11 do processo, pois as medidas encontradas pela fiscalização divergem das apresentadas.

PROCESSO 2134/2013; REQUERENTE: JOADIR DE SOUZA

Analisando o referido processo verificou-se que em nome de JOADIR DE SOUZA existem vários indicativos de posse, dentre eles alvará de licença de 1989 às fls. 07 e BCI às fls. 12. Portanto passivo de alienação conforme os termos da lei 2261.

PROCESSO 1622/2013; REQUERENTE: ATAÍDE SANTANA NEVES

Assunto: Requerimento de alienação de um lote de terras municipais.

PROCESSO 2093/2013; REQUERENTE: CEDILA LACERDA DE OLIVEIRA

Assunto: Requerimento de "alienação/desmembramento" de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do requerimento os membros resolveram por indeferir o pedido nos termos recentemente apresentados e ratificaram a decisão da comissão sindicante permanente para regularização fundiária em 09 de abril de 2011, conforme ATA 004/2011. Orientam para que a possuidora promova a regularização do imóvel na íntegra, pois não cabe, neste caso, desmembramento ou desdobramento. Após o registro do imóvel com as dimensões apresenta no processo 3641/2008 e anexos pode ser vislumbrada a utilização do lote em regime de condomínio, respeitando, obviamente, o ato formal pertinente.

PROCESSO 3812/2012; REQUERENTE: ELPÍDEO TEODORO DE LIMA E ESPÓLIO DE LAURITA OLIVEIRA DE LIMA

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

ATA Nº 003/2013

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

processo possui indicativos da posse pelo requerente através do cadastro imobiliário municipal, da escritura da edificação lavrada e registrada no ano de 1985 conforme cópias anexadas ao processo 1034/2013. Portanto é possível a alienação do terreno, cabendo, neste caso, a apresentação da CND municipal.

PROCESSO: 1283/2013; REQUERENTE: RAFAEL DE VARGAS RIBEIRO

Assunto: Alienação de Terreno Urbano Municipal

Analisando o processo, os membros entenderam que existem indicativos da posse pelo requerente, portanto é possível a alienação do terreno, cabendo, neste caso, a produção de levantamento topográfico com a anuência dos confrontantes.

PROCESSO 982/2000 E 8052/2012; REQUERENTE: ESPÓLIO DE ALMERINDO ALVES DE MACEDO

Assunto: Requerimento de "alienação de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo os membros da comissão entenderam que o processo possui indicativos da posse pelo requerente através do cadastro imobiliário municipal, alvará de construção conforme processo 982/2000 (apenso), portanto é possível a alienação do terreno, neste caso, desde que seja apresentado o levantamento topográfico produzido pelo agente público. Entretanto, na apreciação sobre a regularização da edificação deverá ser observado o auto de embargo às fls. 12 do processo 982/2000 e "in loco" possíveis descargas de águas pluviais em terrenos alheios.

PROCESSO 651/2013 e 1.709/2000; REQUERENTE: EXPEDITO VIEIRA DE ANDRADE

Assunto: Requerimento de alienação de um lote de terras municipais. Ao analisarem o processo os membros verificaram que o mesmo possui indicativos da posse pelo requerente, que inclusive já obteve a autorização para lavrar a escritura no ano de 2003 e por algum motivo não o fez. Tendo em vista que o requerente se preocupou em atualizar a situação de seu processo ao normativo atual, cabe a esta municipalidade a expedição da taxa de regularização fundiária e a renovação da autorização para a lavratura da escritura.

PROCESSO 653/2000 e 1965/2013; REQUERENTE: ROMILDO RODRIGUES BERNARDO

Assunto: Requerimento de alienação de um lote de terras municipais.

O requerente reúne documentos que sustentam a posse, tais como alvará de construção nº 000145/2000, despacho do secretário da época autorizando a utilização do terreno e boletim de cadastro imobiliário com data de matrícula em 03/10/2001. O loteamento onde se situa o terreno do requerente é uma área com diversas edificações consolidadas. Portanto, fica deferido.

ATA Nº 003/2013

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE PARA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROCESSO 9318/2012; REQUERENTE: ELSON DIAS DOS SANTOS

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, considerando a certidão atualizada do cartório de registro de imóveis, datada de 07 de novembro de 2012, às fls. 07, os membros da comissão se manifestaram de forma unânime pela retificação da decisão da comissão sindicante permanente para regularização fundiária e resolveram diligenciar no sentido de colher informações no local sobre o exercício da posse por parte de Elson Dias dos Santos, em sucedido o pleito.

PROCESSO 2410/2013; REQUERENTE: EDILBERTO DIAS RIBEIRO

Assunto: Requerimento de regularização fundiária de terreno urbano municipal.

Decisão: Após análise do processo, considerando a condição física e a disposição do lote num contexto urbanístico (acesso ao campo bom de bola), resolverão por atender parcialmente a reivindicação do contribuinte, que fica autorizado a alienar uma área igual a 7,5m² (sete metros e cinquenta centímetros quadrados) sendo 0,50m (cinquenta centímetros de largura), paralelos a lateral esquerda do lote, devendo fazer o recolhimento do valor integral da gleba de terras em questão, bem como a construção de muro de contenção.

PROCESSO: 2366/2013; REQUERENTE: CÉLIA ALVES DE AGUIAR

Assunto: Alienação de Terreno Urbano Municipal

Analisando o processo, os membros entenderam que existem indicativos da posse pelo requerente, portanto é possível a alienação do terreno, considerando exclusivamente as medidas aferidas pela fiscalização de obras.